



Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em xx/xx/2019

1

2

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-SUAÇUÍ

3 No dia 07 de junho de 2019, às 09h30, no auditório da Prefeitura Municipal de Governador Valadares
4 (R. Marechal Floriano, 905 - Centro, Gov. Valadares – MG), reuniram-se os membros do Comitê da
5 Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí – CBH-Suaçuí, para sua Reunião Ordinária. Dando início aos
6 trabalhos, o Sr. Fabio Monteiro Cruz, presidente do CBH-Suaçuí, cumprimentou a todos e informou
7 sobre a existência de quórum para assuntos deliberativos. Na sequência, passou a palavra à vice-
8 presidente do CBH-Suaçuí, Paloma Galdino, para a realização dos informes. Inicialmente, ela falou
9 sobre a reunião da CTPLAN, realizada no dia 13/05, em que foi discutida a cláusula 163 do TTAC,
10 relacionada ao programa de recuperação de nascentes, visando à definição das áreas em que haverá
11 intervenção na Bacia do Rio Suaçuí para os anos 04,05 e 06. Em seguida, falou sobre a reunião do
12 Fórum Mineiro de CBHs, destacando os seguintes temas: Regionalização da Política Ambiental;
13 Arbitragem de conflito de uso de recursos hídricos; Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de
14 Recursos Hídricos; Mudanças na Lei de Saneamento Básico e a Indicação de membros do FMCBH
15 para composição do Grupo de Trabalho IGAM, destinado à definição de Estratégias para processo de
16 Outorgas. Além desses temas, ela ressaltou que o principal ponto de discussão foi relacionado à
17 Modelagem Institucional Ótima do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado,
18 estudo que apresenta as diretrizes de regionalização do Plano Estadual de Recursos Hídricos
19 (PERH), avaliando sua aplicação, a fim de otimizar as ferramentas e os instrumentos de gestão, além
20 da atuação dos Comitês de Bacia. No entanto, a proposta vem gerando muita polêmica, sobretudo
21 devido à possibilidade de fusão de comitês. No caso do Doce a proposta inicial prevê redução de 06
22 (seis) para 02 (dois) CBHs, sendo que o Suaçuí, provavelmente, se fundiria aos CBHs Caratinga e
23 Manhuaçu. Porém, considerando a complexidade e as inúmeras questões pelas quais a questão
24 perpassa, o tema será trabalhado de forma mais aprofundada em um Grupo de Trabalho específico,
25 que contará com a representação do CBH-Suaçuí. Sobre esse assunto, o Sr. Fábio Cruz destacou
26 que o assunto precisa ser trabalhado de forma democrática, com ampla participação dos comitês,
27 pois, a princípio, essa junção de comitês não parece positiva, já que reunirá os comitês que possuem
28 a menor arrecadação e a maior degradação, além disso, cada região tem a sua peculiaridade e isso
29 deve ser observado. Finalizando a discussão, a Sra. Lucinha Teixeira, secretária adjunta do CBH,
30 destacou que a questão consta no processo de revisão do PERH-MG, no entanto a forma de
31 implementação precisa ser muito bem discutida, para que atinja um resultado satisfatório sem
32 prejudicar os comitês. Ainda em continuação aos informes, a vice-presidente do CBH-Suaçuí, Paloma
33 Galdino, relatou sobre o sobrevoo em Resplendor, que ela participou representando o comitê. Ela
34 mencionou o nível de degradação da área e os sérios problemas de abastecimento registrados na
35 região, considerando que não há um acordo quanto à retomada da utilização da água do rio Doce,
36 razão pela qual a cidade, até os dias de hoje, é abastecida com a utilização de caminhões pipa. Na
37 sequência, foi passado à ata da última reunião do comitê, aprovada ser por unanimidade pelos
38 conselheiros presentes, sem alterações. Na sequência, foi iniciada a apresentação sobre o do Pacto



Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em xx/xx/2019

39 das Águas e Integração dos CBHs, sendo que para tal foi convidada a ex-secretária executiva do
40 CBH-Doce, Joema Alvarenga, que participou de todo o processo e tem ampla experiência no âmbito
41 dos comitês de bacia. A secretária adjunta do CBH-Suaçuí, Lucinha Teixeira, que também é
42 presidente do CBH-Doce e acompanhou toda a trajetória, deu suporte à apresentação. Durante a
43 fala, elas destacaram a importância de levar aos conselheiros o histórico, sobretudo em função da
44 grande renovação nas plenárias. Na apresentação, elas falaram um pouco sobre a caracterização da
45 bacia, destacando a complexidade de se trabalhar em um território tão amplo. Em seguida, falaram
46 sobre a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e seus Planos de Ação,
47 destacando a complexidade do processo, que envolveu todos os comitês da bacia, em oficinas,
48 grupos e diversas instâncias, num trabalho democrático e participativo. Elas relataram que à época
49 do processo havia o foco no Rio Doce e pouco se falava sobre os afluentes, sendo que, justamente
50 no processo de construção do PIRH/PARH, os comitês estaduais foram trazidos para a discussão. No
51 início houve bastante tensão, porém, gradativamente, os colegiados compreenderam a necessidade
52 de um trabalho integrado, entendendo a Bacia do Rio Doce como um território de planejamento e
53 gestão. A integração, então, passou a ser a base do trabalho, representando, muito mais, do que a
54 simples junção dos CBHs, incluindo, ainda, os órgãos gestores tanto em nível federal quanto
55 estadual, cuja colaboração técnica foi fundamental para a construção dos termos de referência que
56 deram origem à contratação da empresa responsável pela elaboração do plano. Na sequência, elas
57 falaram brevemente sobre o Pacto das Águas, firmado, em 2010, junto aos governadores de Minas
58 Gerais e do Espírito Santo, visando oficializar a articulação e a integração da gestão dos recursos
59 hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce. Foi explicado que tal pacto não está mais vigente, porém,
60 agora, a proposta é retomar a discussão sobre as metas que estavam previstas no PAP, porém não
61 foram cumpridas. Em seguida, foi apresentada o Plano de Aplicação Plurianual, destacando os
62 recursos alocados no CBH-Suaçuí, bem como explicando aos conselheiros a dinâmica da distribuição
63 do recurso federal, que é partilhado entre os CBHs de rios afluentes, num processo de intensa
64 negociação, que envolve uma série de critérios. No caso do Suaçuí, considerando que a arrecadação
65 estadual é pequena, o recurso federal é de extrema importância tendo sido, por exemplo,
66 fundamental para viabilizar a elaboração dos Planos de Saneamento Básico a todos os municípios da
67 Bacia que ainda não tinham o documento e também não dispunham de recursos para a elaboração.
68 Diante disso, foi reforçada a importância de que haja conselheiros do Suaçuí também no plenário do
69 CBH-Doce e informado aos conselheiros quais são os representantes que atuam em ambos os
70 CBHs. Ao final, foi enfatizada a importância de que todos conheçam a história do comitê e
71 compreendam a importância do processo de integração para a viabilização dos programas, fato que
72 não interfere, contudo, na autonomia de cada comitê. Finalizada a apresentação, o presidente do
73 comitê agradeceu à Sra. Joema pelo relato, mencionando a importância de uma representação
74 efetiva dos conselheiros no CBH-Suaçuí, que não deve se restringir à participação nas reuniões,
75 sobretudo no momento atual em que os comitês estão se preparando para a revisão do PIRH.
76 Prosseguindo, a analista de programas e projetos do IBIO, Luciana Silva, falou sobre o andamento do

Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em xx/xx/2019

77 Programa Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí. Em sua apresentação, ela fez um breve
78 relato sobre o escopo do programa e explicou o processo percorrido para a definição de áreas
79 prioritárias a partir do mapa de vulnerabilidade e demais critérios pré-estabelecidos. No caso do
80 Suaçuí, como relatado pela técnica, foram contemplados 09 municípios, sendo que a iniciativa irá
81 beneficiar, ao todo, até 540 imóveis rurais. Em relação às fases, ela explicou que, inicialmente, foi
82 lançado o edital de chamamento e, na sequência, realizada a licitação para a contratação da empresa
83 responsável pela realização dos diagnósticos, que correspondem à primeira etapa do Programa. Em
84 seguida, ela falou brevemente sobre os produtos previstos nessa etapa e o status de
85 desenvolvimento de cada um deles, bem como explicou sobre a montagem e o funcionamento das
86 Unidades Gestoras de Projetos (UGPs), cujo trabalho é essencial para o bom desenvolvimento do
87 programa. Finalizando, ela relatou que até o momento já foram entregues 288 diagnósticos, e
88 confirmada a adesão de 459 proprietários. Após a finalização dos diagnósticos, será iniciado o
89 processo para a contratação da empresa que será responsável pela execução, no entanto, ainda não
90 há uma previsão concreta para o início dessa etapa. Em relação aos valores disponíveis, ela explicou
91 que para executar tudo o que foi previsto no diagnóstico seria necessário um montante de
92 aproximadamente 12 milhões de reais, porém, de acordo com o PAP, o comitê dispõe de 70% desse
93 valor. Ou seja, para garantir a execução total será necessário buscar outras fontes de recurso, além
94 daqueles oriundos da cobrança pelo uso da água. Finalizado este ponto de pauta, foi passada à
95 apresentação da Fundação Renova referente à Recuperação das Nascentes dos anos 4, 5 e 6 na
96 Bacia do Rio Suaçuí. Introduzindo a questão, a secretária adjunta do CBH-Suaçuí, Lucinha Teixeira,
97 fez um resgate sobre o árduo processo de articulação para a inserção dos Comitês da Bacia do Rio
98 Doce no contexto das articulações e no âmbito das instâncias responsáveis pelas ações de
99 recuperação da Bacia após o rompimento da barragem de Fundão. Atualmente, o CBH-Doce está
100 inserido no CIF e em diversas CTs, sendo que o processo de articulação segue intenso, sobretudo
101 para evitar a sobreposição de ações, visando à otimização dos recursos, bem como a ampliação da
102 capacidade de restauração. Dando sequência, o representante da Fundação Renova, Rafael
103 Pompermayer, falou sobre as Cláusulas 161 e 163 do TTAC, que correspondem aos Programas de
104 Restauração Florestal e Recuperação de Nascentes. Ele explicou que, no âmbito do programa de
105 nascentes, compete ao CBH-Doce e indicação das áreas para a recuperação, sendo que das 5.000
106 nascentes 1.428 estão na área do Suaçuí. Além disso, explicou que apesar de a deliberação ser de
107 competência do CBH-Doce, todo o processo é feito em articulação com os comitês em cuja área será
108 realizada a intervenção. Porém, a definição dessas nascentes não poderia ser feita de forma
109 aleatória, razão pela qual houve um amplo processo de discussão, embasado por uma Nota Técnica,
110 referendada no âmbito do CBH e do Comitê Interfederativo (CIF). No caso do programa de
111 restauração florestal, o trabalho teve como base um estudo de priorização, elaborado pela UFV e
112 UFMG, e, apesar de a indicação das áreas não estar condicionada à deliberação do comitê, a
113 proposta é que haja convergência entre os programas. Em seguida, a presidente da CTPLAN,
114 Paloma Galdino fez a apresentação do parecer da câmara técnica sobre o tema, explicando que

Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em xx/xx/2019

115 houve uma alteração na proposta inicial, visando à inclusão do município de Galileia. Por fim, foi
116 sugerida a seguinte distribuição: 450 nascentes na Bacia do Corrente Grande; 95 nascentes da Bacia
117 do Rio Itambacuri; 95 nascentes na Bacia do Eme; 40 nascentes no município de Galileia. A proposta
118 apresentada pela CTPLAN foi aprovada por unanimidade, sendo que será encaminhado ofício ao
119 CBH-Doce contendo a respectiva recomendação. Finalizando a discussão, a Sra. Gabriela Pereira,
120 da WWF, que trabalha em conjunto com a Fundação Renova, falou sobre a criação das Unidades e
121 Acompanhamento Local nas unidades de gestão em que os programas estão ocorrendo. Segundo
122 ela, as UALs terão um papel de extrema relevância, sobretudo no processo de mobilização dos
123 proprietários. Em resposta, a presidente da CTPLAN informou que a UAL do Suaçuí já está
124 devidamente composta. Dando continuidade à pauta, foi passada à apresentação sobre o Projeto
125 PRO-URGAS no Leste de Minas Gerais. Na explicação sobre o programa, o presidente do CBH em
126 apresentação em conjunto com a analista do IBIO, Juliana Vilela, destacou a necessidade de efetivar
127 a ação, considerando o passivo de outorgas acumulado no estado de Minas Gerais, cujo montante de
128 processos com análise pendente ultrapassa 1800 outorgas. Diante desse cenário, buscando uma
129 alternativa para sanar a questão, o MPMG propôs, em articulação com a SEMAD, o IGAM, o IBIO e
130 os CBHs da porção mineira da Bacia do Rio Doce, o Projeto PRO-URGAS, que consiste em
131 estruturar a unidade regional (URGA LM) situada em Governador Valadares-MG e fornecer suporte
132 de estagiários, a fim de dar celeridade às análises em atraso. Essa unidade não abrange toda a
133 bacia, porém a proposta é contemplar todas as outorgas vinculadas ao Doce, mesmo que,
134 atualmente, estejam sob outra jurisdição, a fim de beneficiar a totalidade do território. Nesse sentido,
135 o IBIO se colocou à disposição para ajudar na estruturação física, cedendo ao IGAM o mobiliário que
136 não está mais em uso, considerando o encerramento das atividades da sede do Rio de Janeiro. A
137 outra contrapartida será o fornecimento de estagiários, custeados com recursos de investimento
138 (92,5%) da cobrança pelo uso da água, alocados no Programa de Cadastramento de Usuários (P
139 61.1), no valor máximo de R\$ 86 mil, para um período de 02 (dois) anos. Essa despesa será rateada,
140 conforme metodologia definida em plano de trabalho, entre os 06 (seis) comitês mineiros
141 pertencentes à Bacia do Rio Doce e terá como finalidade custear as despesas referentes a 06 (seis)
142 estagiários – 04 da área de engenharia e 02 da área de direito - que irão trabalhar na sede da URGA,
143 dando suporte à equipe de profissionais do Estado. Para que o processo prossiga, no entanto,
144 considerando que estão envolvidos recursos dos CBHs, é necessária a anuência de todos os
145 comitês, sem a qual o termo assinado perde a validade. No entanto, devido aos prazos, foi
146 necessária uma deliberação *ad referendum*, sendo que, agora, o documento será colocado em
147 votação pelos conselheiros. Após a explanação, os membros do comitê aprovaram o projeto por
148 unanimidade, sendo a referida DN ratificada e referendada. Prossequindo, foi passada à
149 apresentação e deliberação do orçamento de custeio do IBIO (7,5%), com recursos IGAM, para o
150 exercício de 2019. Para tanto, foi convidado o analista financeiro do IBIO, Miqueias Calebe Donde.
151 Iniciando a apresentação, ele explicou que a aprovação do orçamento da parcela de custeio estadual
152 nos CBHs é uma exigência prevista no Contrato de Gestão firmado entre o IBIO e o IGAM. Em sua

Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em xx/xx/2019

153 fala, ele apresentou os valores disponíveis e a alocação prevista para os mesmos, ressaltando que a
154 realidade orçamentária precisou ser adequada ao recurso arrecadado com a cobrança pelo uso da
155 água, considerando a interrupção do repasse de recursos adicionais, que era feito anualmente pela
156 ANA, a fim de auxiliar o funcionamento e a estruturação da agência. Ele ressaltou que os valores a
157 serem aprovados referem-se, exclusivamente, à parcela dos recursos arrecadados com a cobrança
158 estadual (MG), que correspondem a aproximadamente 65% da arrecadação total. O restante do
159 recurso disponível refere-se à cobrança em âmbito federal. Ele informou, ainda, que os valores cujo
160 repasse está condicionado à aprovação do orçamento correspondem às seguintes parcelas: 4º
161 trimestre de 2018; 1º, 2º e 3º trimestres de 2019. Além disso, explicou que não está incluída a parcela
162 de 92,5%, cujo repasse não está vinculado à aprovação no âmbito dos CBHs. Após a apresentação,
163 a proposta foi aprovada pelo plenário do comitê. Finalizando, o presidente do CBH informou que
164 estava prevista uma apresentação sobre a qualidade da água na Bacia, no entanto, o IGAM, que
165 havia confirmado a presença da reunião para fazer a apresentação informou, já após o envio da
166 convocatória, que não seria mais possível participar da atividade, em função de choque de agenda. O
167 comitê insistiu, considerando a importância de que a plenária esteja ciente e atualizada quanto às
168 informações, no entanto, o órgão gestor não enviou nenhum representante à reunião para tratar do
169 tema. Nesse sentido, a fim de retomar essa pauta, ficou definido que, para a próxima reunião, o
170 convite será novamente encaminhado, a fim de viabilizar a presença do IGAM. Finalizados todos os
171 assuntos em pauta, a reunião foi encerrada às 13h00.

172 Assina esta ata:

173

174

175

176

FÁBIO MONTEIRO CRUZ
Presidente do CBH-Suaçuí